

Valoração econômica ambiental no campo do Turismo: questões em discussão!

Marialva Tomio Dreher¹
Danielle Regina Ullrich²

Resumo: O presente artigo, de natureza teórica, tem por objetivo apresentar reflexões sobre a valoração econômica ambiental, no campo do turismo, porque este se utiliza de recursos naturais, tanto com intencionalidade econômica como social. Esta utilização dos recursos naturais implica em, repensar a maneira como a valoração econômica é realizada, ante os desafios que o turismo enfrenta ao apresentar sua contribuição e responsabilidade na conservação ambiental. Nos questionamentos sobre a valoração econômica ambiental, que é complexa no campo do turismo, surgem as perguntas: Como ocorre, no turismo, a valoração dos bens públicos, notadamente, os recursos naturais? Os resultados evidenciaram que há poucas, ou raras discussões, sobre o tema, sugerindo um novo campo de reflexão e diálogos, no campo do turismo, visto que em outros campos, como na economia, na ecologia e na administração, caminha-se para discussões que já apresentam casos empíricos. Portanto, acredita-se que este artigo pode fornecer subsídios para responder a estes questionamentos, apresentando alguns modelos que podem se adaptar a esta tão importante reflexão acadêmica sobre o turismo, e sua relação com o ambiente.

Palavras-chave: Valoração econômica ambiental. Recursos Ambientais. Turismo.

1 Introdução

O uso indiscriminado de recursos naturais é uma das preocupações da sociedade atual e, conseqüentemente discussões e debates relativos a este tema tem sido objeto de estudo de economistas e de ambientalistas. As discussões, destas questões, perpassam sobre a utilização indiscriminada dos recursos ambientais pelas atividades econômicas e, pelo fato de que este uso não é computado pelo sistema de preços corrente, o que provoca uma utilização mais danosa e predatória de tais recursos. Para os teóricos da área, a utilização destes recursos é compreendida como uma externalidade negativa da atividade, pois não compensa a população pela utilização de recursos que são bens públicos. Por isso, têm sido realizados estudos para o desenvolvimento de

¹ Pós-doutorado em Administração pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (EA/UFRGS); Doutora em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC); Mestre em Turismo e Hotelaria pela Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI). Professora Pesquisadora da Universidade Regional de Blumenau (FURB) atuando na Graduação e na Pós-graduação stricto sensu Mestrado em Administração e Doutorado em Ciências Contábeis e Administração. marialva@furb.br

² Doutoranda em Administração pela UFRGS (Universidade Federal do Rio Grande do Sul); Mestre em Desenvolvimento Regional pela FURB (Universidade Regional de Blumenau); Graduada em Administração e em Turismo e Lazer pela FURB. danielle_ullrich@yahoo.com.br

X SEMINÁRIO ANPTUR 2013

X Seminário da Associação Nacional Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo
9 a 11 de outubro de 2013 – Universidade de Caxias do Sul

métodos, que possibilitem o estabelecimento de valores econômicos relativos aos bens e serviços ambientais.

Além da atribuição de valores econômicos, Amazonas (2009) alerta que a valoração econômica ambiental é composta por três diferentes instâncias de valores: 1) o conjunto dos valores econômicos correntes ou de mercado; 2) os valores sociais não econômicos relativos à conservação e/ou uso sustentável dos recursos ambientais; 3) os valores econômicos derivados da apreensão de tais valores sociais não econômicos, e da “internalização” destes no conjunto das variáveis econômicas. Para ele, os valores e julgamentos humanos relativos à conservação e uso sustentável dos recursos é algo incerto, relativo, e controverso, pois é difícil dirimir o que sejam tais valores ambientais e quais suas grandezas. Portanto, a forma de medição entre valores sociais e econômicos também será incerta, relativa, e controversa.

O turismo é um dos campos nos quais ocorre a utilização de recursos naturais com intencionalidades econômica e social. Entre as opções para a sua prática destacam-se os segmentos que envolvem os recursos naturais, como o ecoturismo e o turismo de natureza, os quais buscam e utilizam espaços naturais, que permitem o desenvolvimento de atividades de lazer ao ar livre, em contato com a natureza. Nestes segmentos, os recursos naturais são tratados como “matéria-prima” transformada em produto de consumo para os turistas. A utilização desses recursos naturais, também implica em valores sociais, além dos econômicos.

Diante destas questões, surgem as perguntas: Como ocorre, no turismo, a valoração dos bens públicos, notadamente, os recursos naturais? Quais os modelos propostos pelos economistas e pelos ambientalistas e, como aproximar tais discussões no campo do turismo? Com o objetivo de verificar como a valoração econômica ambiental vem sendo conduzida nas reflexões do turismo, este artigo, de caráter teórico, utilizou a técnica da pesquisa bibliográfica que, segundo Marconi e Lakatos (2007, p. 15) “não é mera repetição do que já foi dito ou escrito sobre certo assunto, mas propicia o exame de um tema sob novo enfoque ou abordagem, chegando a conclusões inovadoras.” A coleta de dados foi realizada nos principais periódicos da área do turismo, que abordam a discussão teórica de valoração econômica.

As discussões propostas sobre a valoração econômica ambiental, no campo do turismo, inspiram-se no modelo Costanza et al. (1997), e na proposta da Avaliação Ecológica do Milênio – MA (2005) que indica categorias de pagamento dos serviços ambientais. A partir desses modelos, apresentam-se os métodos de valoração ambiental, cuja intenção é mensurar os valores de uso, de não uso, de opção, e de existência.

Este artigo está dividido em três seções, além desta introdução, onde propõe-se uma discussão teórica, embasada nos autores da área, sobre a valoração econômica dos recursos ambientais e o turismo. Na segunda, apresentam-se as discussões relativas a valoração econômica

X SEMINÁRIO ANPTUR 2013

X Seminário da Associação Nacional Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo
9 a 11 de outubro de 2013 – Universidade de Caxias do Sul

ambiental aplicadas ao turismo, ressaltando aspectos econômicos e sociais. Na terceira são apresentados os modelos e os métodos de valoração ambiental diretos. Por fim, na quarta, são expostas as considerações finais relativas ao objeto de estudo proposto.

2 Valoração econômica dos serviços ambientais e o turismo

Com a repercussão das problemáticas ambientais, que surgiram nas décadas de 1960 e 1970, as questões relativas ao ambientalismo passaram a ser incorporadas nos estudos científicos, inclusive na área da economia. Por isso, pesquisas nesta área passaram, então, a receber influência ambientalista, fazendo surgir duas importantes perspectivas teóricas, direcionadas às propostas de desenvolvimento sustentável³: a economia ecológica e a economia ambiental denominada ecossocioeconomia (Maia & Pires, 2011).

Os teóricos, destas duas linhas da economia, adotaram vários critérios para analisar a participação das organizações em direção à responsabilidade e aos compromissos, no uso dos recursos naturais, e também o envolvimento com as problemáticas ambientais. As diferentes abordagens e limitações das duas correntes econômicas são reconhecidas no presente artigo, todavia, esta reflexão não representa o objeto de análise deste estudo e, portanto, não é nossa pretensão entrar no mérito dessa discussão. O objetivo central é se situar, teoricamente, em relação à valoração econômica dos serviços ambientais junto ao turismo, compreendendo que este tema é a preocupação de diferentes economistas e ambientalistas, entre outros, que discutem como o “valor” econômico (custos, cobranças, preços, e pagamentos) pode contribuir com a conservação, com a preservação, e com a manutenção do ambiente natural.

Autores próximos da linha da economia ecológica – um dos parâmetros de compreensão da valorização econômica ambiental –, como Costanza et al. (1997), inspiram a escrita deste artigo. Estes autores estimaram o valor econômico da biosfera, baseando-se em cálculos adicionais próprios, captando valores: de uso (matérias-primas, recreação, alimentos, e de não comercializados); de não uso (regulação do clima, controle de erosão, ciclagem de nutrientes, tratamento de resíduos, etc.); de opção (recursos genéticos, habitat); e de existência (culturais, habitat, etc.), entre outros.

³ As discussões relativas ao conceito de desenvolvimento sustentável remontam aos anos de 1970, quando da elaboração dos relatórios da União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN). Posteriormente, o conceito foi popularizado pelo Relatório Brundtland (Nosso futuro comum), de 1987.

X SEMINÁRIO ANPTUR 2013

X Seminário da Associação Nacional Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo
9 a 11 de outubro de 2013 – Universidade de Caxias do Sul

Na política ambiental, a avaliação econômica envolve a atribuição de valores monetários, ou preços, para os serviços ambientais e para os estoques de ativos ambientais, principalmente, quando estes ativos são comercializados. Um exemplo é o petróleo bruto ou o gás natural, nos quais a noção de valorar, ou precificar, os estoques é amplamente compreendida e aceita. Contudo, essa noção de valoração pode ser estendida para outros bens e serviços utilizados pelo mercado, cuja precificação não é tão bem aceita. Um exemplo de mercado criado, recentemente, na área ambiental, é o de dióxido de carbono, ou a “fixação” de carbono atmosférico em biomassa. Na década de 90, não se ouvia falar neste tipo de mercado, que hoje é comum e tem amplo crescimento (Pearce & Seccombe-Hett, 2000).

Os usos potenciais de valoração econômica incluem: análise do custo-benefício (ACB) de projetos; avaliação econômica de políticas; política de preços; criação de impostos ambientais; contabilidade nacional; ferramenta de gestão, como o exercício participativo. No entanto, a falta de mercados para serviços ambientais significa que, ao contrário de produtos produzidos pelo homem, eles explicitamente não possuem preços, de modo que, os seus valores monetários podem não ser facilmente compreendidos pelas pessoas. O problema prático da valoração econômica, portanto, é derivado da dificuldade das pessoas em estimar valores, em contextos de mercados não aparentes ou em mercados muito imperfeitos (Pearce & Seccombe-Hett, 2000). Uma das dificuldades da valoração ambiental é o estabelecimento de preços e da produção de um mercado e, elas só serão resolvidas a partir do estabelecimento de métodos padronizados de avaliação de bens e serviços ambientais (Farrow, Goldberg & Small, 2000).

As decisões que envolvem a política ambiental, em especial a avaliação econômica, são consideradas difíceis pelos economistas ambientais quando, o grau das dificuldades de implementação de uma política são excedidas pelos benefícios que se espera acumular com esta política. Por exemplo, a extensão dos efeitos causados pelos gases que causam o efeito estufa, deve ser medida através dos custos relativos ao estabelecimento de um controle hoje, em comparação com os benefícios de prevenção de danos causados às gerações futuras. Por isso, as preocupações com relação aos danos ambientais resultantes de uma determinada ação, são expressas pelos economistas ambientais dentro de um cálculo utilitarista, o que exige a comparação dos custos e dos benefícios (Spash, 1997).

Entretanto, Amazonas (2009) alerta que, o processo de definição dos valores econômicos, faz parte dos valores sociais. Portanto, ele deve considerar elementos fundamentais, dentre os quais: 1) O Objeto, e seus respectivos atributos, pelos quais será valorado; 2) O Sujeito, com sua percepção e julgamento acerca do objeto, por meio do que o avalia; 3) A intersubjetividade ou interação entre os sujeitos, operando os mecanismos que institucionalizam e/ou convencionam os valores no conjunto da sociedade. Para ele, a definição de valores econômicos tem início nos

X SEMINÁRIO ANPTUR 2013

X Seminário da Associação Nacional Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo
9 a 11 de outubro de 2013 – Universidade de Caxias do Sul

atributos materiais concretos dos bens e recursos, continua com o julgamento valorativo e o correspondente uso instrumental destes para, ao final, manifestar-se sob formas econômicas monetárias institucionalizadas.

Segundo Pearce e Seccombe-Hett (2000), o “valor econômico total” de um bem ambiental pode ser composto por: “valores de uso” como, por exemplo, o uso recreacional de um recurso; e “valores de não utilização”, que refletem o fato de que, indivíduos podem valorizar os recursos por razões não relacionadas à sua utilização. Estas duas abordagens básicas, para avaliação, envolvem as preferências inferidas a partir do comportamento de um indivíduo em tomar decisões sobre os atributos dos bens. Dentre os métodos disponíveis, encontram-se a “valoração contingente” e a “análise conjunta”, que são os únicos capazes de estimar os valores de não utilização.

Estes métodos estão alinhados com a abordagem do custo-benefício, que leva em consideração em que medida as pessoas estão dispostas a pagar para evitar danos, ou quanto estão dispostas a aceitar uma compensação pelos danos sofridos. Nestes casos, o método que tem assumido o papel central é o da valoração. Os problemas ambientais envolvem, frequentemente, aspectos que têm implicações em longo prazo e são irreversíveis, onde se incluem a destruição de ecossistemas como, por exemplo, a inundação de um vale para a geração de hidroeletricidade que provoca a perda de espécies; ou a criação de poluentes que prejudicam as funções dos ecossistemas e que causam mutações genéticas em suas espécies. Costanza et al. (1997) ressaltam que, os valores (uso, não uso, opção e existência) praticados para avaliar os recursos naturais, representam um dos compromissos com a conservação do ambiente.

Todavia, a aplicação de técnicas de valoração econômica gera conflitos de opiniões. O uso do dinheiro como um padrão é, por vezes, visto como uma barreira para sua maior aceitação. Muitas pessoas acreditam que alguns bens ambientais são “priceless”, ou seja, sem preço, e afirmam que não há como estabelecer valores para bens como o ar limpo ou a água que, geralmente, são vistos como um direito de todos. A monetarização, neste caso, seria simplesmente, uma forma conveniente de expressar os valores relativos, que a sociedade estabelece sobre os diferentes usos de recursos. É fundamental ressaltar que, uma avaliação econômica é um meio para medir as preferências do público em relação aos recursos ambientais, porém, não pode ser vista como a avaliação desses recursos em si mesmos, ou seja, dos chamados valores intrínsecos (Pearce & Seccombe-Hett, 2000).

Surgem, portanto, preocupações mais amplas e abrangentes sobre a valorização da natureza, como as discussões sobre os “pagamentos dos serviços ambientais” que consideram não somente os recursos, mas os serviços dos ecossistemas. Conforme a Avaliação Ecológica do Milênio - MA (2005), os serviços dos ecossistemas são os benefícios que o homem obtém desses

X SEMINÁRIO ANPTUR 2013

X Seminário da Associação Nacional Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo
9 a 11 de outubro de 2013 – Universidade de Caxias do Sul

ecossistemas, e, que abrangem: serviços de provisão, incluindo alimentos, água, madeira e fibras; serviços reguladores, que interferem no clima e na qualidade da água (inundações, secas), provocam doenças, e deixam resíduos; serviços culturais, que fornecem benefícios recreacionais, estéticos e espirituais; e serviços de suporte, como o de formação do solo, o da fotossíntese e o do ciclo de nutrientes. Por isso, a espécie humana, embora protegida de mudanças ambientais pela cultura e pela tecnologia, depende fundamentalmente do fluxo dos serviços dos ecossistemas.

Paralelamente, fatores sociais, econômicos e culturais não relacionados aos ecossistemas alteram a condição humana, e muitas forças naturais influenciam os ecossistemas. Embora se enfatize as ligações entre os ecossistemas e o bem-estar humano, ela reconhece-se que ações do homem que influenciam os ecossistemas resultam não só da preocupação com o bem-estar humano, mas também de considerações sobre o valor intrínseco das espécies e dos ecossistemas. Valor intrínseco é o valor inerente a alguma coisa por si só, independentemente de sua utilidade para outrem. (MA, 2005, p. 10).

Fica óbvio que esta discussão não pode ficar fora das reflexões dos setores econômicos e, principalmente, do setor turístico, considerando sua relação com o ambiente e os recursos naturais. Pires (2003, p. 231) ressalta que:

O turismo como uma atividade econômica utiliza recursos – que são a sua “matéria-prima” – que de forma diferenciada dos demais processos produtivos, pois os “consome” no seu próprio lugar de origem e de forma normalmente intangível, não havendo, em princípio, o esgotamento, mas sim a permanência dos recursos enquanto bem de mercado.

Logo, é primordial o interesse do turismo pela natureza e, evidentemente pelo desenvolvimento sustentável, dado que é uma atividade que “vende” o meio ambiente, tanto físico como humano, como o seu produto. A integridade e continuidade destes “produtos” tornaram-se uma grande preocupação do turismo (Murphy & Price, 2005). Por isso, neste setor, há muito tempo se discute uma maneira de “compensar” financeiramente os problemas ambientais, e o uso dos recursos.

No turismo, as discussões sobre as questões econômicas relacionadas ao ambiente, conforme Riera Font (2000), já aconteciam em 1949, na carta de Harold Hottelling que discutia o “Método de Custo da Viagem”. Este método permitia calcular o valor dos serviços recreativos de um Parque Nacional, com a simples contabilização do uso. Ele previa que cada indivíduo que visitasse um Parque, pagaria um custo de acesso, e outro para suas ofertas de recreação. Os primeiros estudos sobre este método surgiram na década de 1960, e, discutiam os problemas de

X SEMINÁRIO ANPTUR 2013

X Seminário da Associação Nacional Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo
9 a 11 de outubro de 2013 – Universidade de Caxias do Sul

acesso ao uso dos recursos hídricos e a propriedade da terra, com a finalidade de determinar critérios de racionalidade, de eficiência e de equidade das intervenções públicas. Na década de 1970, o princípio do Método foi útil para medir o fluxo de serviços recreativos oferecidos em áreas naturais. Em seguida, foi usado para medir os custos dos fluxos de visitantes com a qualidade ambiental. Nos quinze anos seguintes, boa parte dos estudos realizados abordaram a questão da qualidade ambiental.

No setor do turismo, estas discussões representam marcos que remetem às preocupações da valoração econômica do ambiente natural. Caminhando nessa direção, há reflexões e iniciativas que envolvem a discussão sobre os impactos ambientais provocados pela atividade turística; o custo da paisagem; a cobrança do uso de áreas naturais, e de outros recursos ambientais, que promoveram a definição de suporte das áreas naturais; a precificação e o custo do uso turístico, entre muitas discussões teóricas e práticas sobre o controle do fluxo turístico. Para Holden (2003), nos anos 90, quando ocorreu um foco no desejo de crescimento econômico e de modernização – política que gerou um custo, o da destruição ambiental –, houve um declínio no número de turistas, pois estes perceberam uma perda da qualidade ambiental. Exemplos disso ocorreram na Espanha e no Caribe. Geralmente, devido à complexidade do turismo, que envolve uma série de interessados, é difícil falar de uma ética ambiental (conservação) homogênea.

O turismo, como qualquer outra atividade socioeconômica envolve a utilização/exploração de muitos recursos naturais e, no seu desenvolvimento, pode-se afirmar que, na maioria dos casos, a viabilização do turismo depende diretamente do ambiente e dos ecossistemas. Esta dependência não ocorre apenas na perspectiva de uso (transformação e fabricação) para a composição de “matérias-primas” e produtos, como é comum em muitas outras atividades, mas sim da conservação destes para criar “valor” ao denominado “atrativo turístico”. Um exemplo disso, é a exploração dos aspectos das paisagens naturais (conservadas), que representam um dos elementos mais importantes na oferta de tipologias turísticas, como nos casos do ecoturismo, do turismo de natureza, do turismo rural, entre outros que usufruem da paisagem e dos recursos naturais. Marques e Comunne (1995) ressaltam que a lógica no turismo é diferente da lógica dos outros setores pois, em uma economia de mercado são os mecanismos de preços que permitem atribuir valor aos bens e serviços, e isso implica na existência de um mercado no qual os proprietários possam vender ao melhor preço. No caso dos recursos turísticos estes não são vendidos no mercado, isto é, não têm preço.

Holden (2003) afirma que, no turismo, um destino encontra-se em um estágio maduro de desenvolvimento, quando vincula as questões econômicas das políticas de desenvolvimento do turismo, aos custos ambientais do uso de recursos. Portanto, a consciência da necessidade de haver ênfase na questão da conservação, fica cada vez mais evidente.

X SEMINÁRIO 2013 ANPTUR

X Seminário da Associação Nacional Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo
9 a 11 de outubro de 2013 – Universidade de Caxias do Sul

3 Modelos e métodos de valoração econômica ambiental para o turismo

Há algumas práticas de valoração econômica ambiental que podem ser relacionadas ao turismo. Neste artigo, apresenta-se uma adaptação da valoração econômica do ambiente, sugerida por Costanza et al. (1997), que é composta de: Valor de uso, Valor de não uso, Valor de opção e Valor de existência; e a proposta da Avaliação Ecológica do Milênio, que indica quatro categorias de pagamento dos serviços ambientais: Serviços de provisão; Serviços reguladores; Serviços culturais; e Serviços de suporte (MA, 2005).

A partir dos estudos de Costanza et al. (1997) pode-se estimar os valores dos bens e recursos ambientais, e os impactos ambientais ocasionados pela atividade turística, não captados pelo mercado, como também é possível aferir qual a disposição da sociedade, e dos indivíduos que a formam, em pagar pela preservação ou conservação dos recursos e serviços ambientais. Enfim, pode-se afirmar que, o valor econômico dos recursos ambientais tem sido desagregados em: Valor econômico total (VET) = Valor de uso (VU) + Valor de não uso (VNU) + Valor de opção (VO) + Valor de existência (VE).

Valor econômico total (VET)	Valor de uso (VU)	Apropriação direta dos recursos ambientais como: extração, visitação, produção ou consumo direto.
	Valor de não uso (VNU)	Benefícios gerados pelas funções dos ecossistemas, como: regulação do clima, controle de erosão, ciclagem de nutrientes, tratamento de resíduos, etc..
	Valor de opção (VO)	Intenção de consumo, direto ou indireto, do bem ambiental no futuro.
	Valor de existência (VE)	Referem-se a questões morais, culturais, éticas, em relação à existência dos bens materiais.

Quadro 1: Valor econômico total (VET).

Fonte: Baseado em Costanza et al. (1997).

No turismo, o VU estaria associado as atividades desenvolvidas no ambiente natural, como visitação, caminhadas, atividades na natureza e esportes radicais. O VNU estaria associado aos benefícios, que as funções ecológicas trazem para a região na qual a atividade turística pode se desenvolver como, por exemplo, nos parques nacionais, onde a manutenção dos ecossistemas contribui para a regulação do clima, a proteção dos corpos de água, etc.. O VO representa aquilo

X SEMINÁRIO ANPTUR 2013

X Seminário da Associação Nacional Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo
9 a 11 de outubro de 2013 – Universidade de Caxias do Sul

que é atribuído no presente, para que no futuro os serviços prestados pelo meio possam ser utilizados. Trata-se de um valor relacionado a usos futuros, que podem gerar alguma forma de benefício ou satisfação aos indivíduos. Por exemplo, o benefício farmacêutico advindo de plantas existentes nas florestas, e ainda não descoberto. O VE, na atividade turística, caracterizar-se-ia por ser um valor atribuído à existência de propriedades do meio ambiente, independentemente, do uso presente ou futuro. Trata-se de um valor atribuído a certos recursos ambientais, como florestas e animais em extinção, simplesmente por sua existência, relacionado a uma posição moral, cultural, ou ética, em relação aos direitos de existência de espécies não humanas ou da preservação de riquezas naturais.

A valoração econômica dos recursos ambientais utilizados para a prática e desenvolvimento da atividade turística, com base na proposta de Costanza et al. (1997), implica considerar tanto os atributos econômicos, como os sociais e os éticos. Na prática, nem sempre os valores econômicos oriundos dos ingressos para a visitação em parques nacionais, ou as taxas cobradas para a prática de esportes radicais, consideram os valores de não uso, de opção ou de existência. A mensuração desses valores, em espécie monetária, é bastante complicada. Todavia, estudiosos da área de economia ambiental apresentam algumas propostas de métodos, que podem ser utilizados para estimar um valor monetário, adequado ao valor econômico total dos recursos ambientais utilizados pela atividade turística.

Na proposta da Avaliação Ecosistêmica do Milênio, destacam-se quatro categorias de pagamento dos serviços ambientais: Serviços de provisão; Serviços reguladores; Serviços culturais e Serviços de suporte.

Avaliação Ecosistêmica do Milênio	Serviços de provisão	Abrangem o suprimento de alimentos, de água, de madeira e de fibras.
	Serviços reguladores	Referem-se aqueles serviços que afetam o clima e a qualidade da água.
	Serviços culturais	Referem-se a benefícios recreacionais, estéticos e espirituais.
	Serviços de suporte	Relacionados a formação do solo, da fotossíntese e do ciclo de nutrientes.

Quadro 2: Avaliação Ecosistêmica do Milênio.

Fonte: Baseado em MA (2005).

X SEMINÁRIO ANPTUR 2013

X Seminário da Associação Nacional Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo
9 a 11 de outubro de 2013 – Universidade de Caxias do Sul

Quando se analisa a proposta da Avaliação Ecológica do Milênio – MA (2005), verifica-se que o desenvolvimento da atividade turística também não “remunera” os serviços prestados pelos recursos naturais, com base nos serviços de provisão, nos reguladores e nos de suporte. Embora as pessoas se beneficiem dos serviços prestados pelos ecossistemas, como a regulação da qualidade do ar e da água e a presença da paisagem esteticamente agradável, não há “mercado” para estes serviços e, sua “remuneração” não é cobrada nas atividades realizadas na natureza, como nas práticas do ecoturismo e do turismo de natureza. Quando há degradação, ou impactos negativos oriundos da presença do turista, verifica-se que ainda não há uma compensação pelos danos sofridos. Por exemplo, uma queimada iniciada por um grupo de turistas acampados em um parque nacional, que destruirá boa parte do ecossistema, seria um dano irreparável e incomensurável em termos de valores monetários.

Visando garantir a gestão sustentável dos ecossistemas, algumas soluções propostas pelo MA (2005), envolvem mudanças substanciais nas instituições e na governança, nas políticas e nos incentivos econômicos, nos fatores sociais e comportamentais, nos tecnológicos e nos de conhecimento. Ações relacionadas a uma maior transparência, e a imputação de responsabilidade ao governo e ao setor privado na gestão dos ecossistemas, eliminação de subsídios perversos, maior uso de instrumentos econômico e de abordagens baseadas no mercado, delegação de poderes a grupos que dependem dos serviços dos ecossistemas ou que são afetados por sua degradação, desenvolvimento de tecnologias que permitam maior rendimento do uso do solo, sem impactos sobre o meio ambiente, recuperação dos ecossistemas, e incorporação dos valores não comercializáveis dos ecossistemas e seus serviços às decisões gerenciais, são sugestões que podem minimizar substancialmente a gravidade desses problemas.

O MA (2005) propõe, como forma de valoração econômica dos recursos naturais utilizados pela atividade turística: a) a cobrança de impostos, ou taxas de usuário, para atividades com custos “externos”, como o ecoturismo; b) a criação de mercados, incluindo sistemas de fixação de um limite máximo de emissões, acompanhado de um mercado para a troca livre de títulos de direito de emissão, como ocorre com o mercado do carbono; c) o pagamento pelos serviços dos ecossistemas (por exemplo, as compensações ambientais, onde incorporadoras paguem por atividades de conservação, como forma de compensação pelos danos inevitáveis que um projeto causa à biodiversidade); d) mecanismos para permitir que as preferências do consumidor sejam expressas através de mercados (por exemplo, programas atuais de certificação para a prática pesqueira e florestal, que possibilita à população promover a sustentabilidade através de escolhas, enquanto consumidores).

Algumas intervenções promissoras, a respeito da valoração social da atividade turística, baseadas na proposta do MA (2005) são: a) medidas para reduzir o consumo total, dos serviços

X SEMINÁRIO ANPTUR 2013

X Seminário da Associação Nacional Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo
9 a 11 de outubro de 2013 – Universidade de Caxias do Sul

dos ecossistemas gerenciados de forma não sustentável, incluindo ações governamentais (programas de educação e de conscientização do público ou promoção de gestão orientada para a demanda) e da sociedade civil (através da conscientização do público); b) comunicação e educação; c) delegação de poderes a grupos de interesse particularmente dependentes dos serviços dos ecossistemas, ou afetados por sua degradação, inclusive mulheres, povos nativos, e jovens.

Estas ações podem suprir a necessidade de estimar um valor social para o desenvolvimento da atividade turística, porque envolvem o governo, e também a sociedade. Sem dúvida, um dos caminhos para o estabelecimento de valores sociais para a atividade turística perpassa pela educação dos usuários, como também da sociedade em seu todo. São os valores intrínsecos à sociedade, a base ética para o desenvolvimento do turismo sem prejuízos ao ambiente natural.

De acordo com Maia, Romeiro e Reydon (2004), as técnicas de valoração podem ser divididas em métodos indiretos, e em métodos diretos. Conforme os autores citados, nos métodos indiretos incluem-se a produtividade marginal e os métodos baseados em mercados de bens substitutos (custos evitados, custos de controle, custos de reposição, custos de oportunidade); e, os métodos diretos são constituídos da Disposição a Pagar, ou seja, DAP indireta (custo de viagem e preços hedônicos), e DAP direta (avaliação contingente). Neste artigo serão abordados apenas os métodos de valoração direta, tendo em vista que procuram obter o valor do recurso a partir das preferências das pessoas, utilizando-se de mercados hipotéticos ou de bens complementares, para obter a disposição a pagar (DAP) dos indivíduos.

3.1 Método de Valoração Contingente (MVC)

Segundo Andrade (2008), a técnica de valoração ambiental mais controversa é a avaliação contingente. Esta técnica tem sido utilizada em pesquisas ambientais no Brasil, dada a sua pretensa capacidade em captar todas as parcelas do valor econômico dos recursos ambientais (inclusive o valor de existência). Ela é regida pelo princípio de estimação de uma DAP ou pela disposição a aceitar ou a receber (DAA ou DAR), dos indivíduos e, estes princípios é que serão capazes de manter inalterado o nível de utilidade dos recursos, perante uma variação da disponibilidade ambiental. Sendo a função de utilidade não observável diretamente, a DAP e a DAA são estimadas com base em mercados hipotéticos, cuja simulação ocorre via pesquisa de campo (*surveys*).

Motta (1997) afirma que, o MVC busca simular cenários cujas características estejam o mais próximo possível das existentes no mundo real, mostrando que as preferências reveladas, nas pesquisas, refletem decisões que os agentes tomariam de fato, caso existisse um mercado

X SEMINÁRIO ANPTUR 2013

X Seminário da Associação Nacional Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo
9 a 11 de outubro de 2013 – Universidade de Caxias do Sul

para o bem ambiental descrito no cenário hipotético. As preferências, do ponto de vista da teoria econômica, devem ser expressas em valores monetários. Estes valores seriam obtidos através das informações sobre, quanto os indivíduos estariam dispostos a pagar para garantir a melhoria de bem-estar ou, quanto estariam dispostos a aceitar, como compensação, para suportar uma perda de bem-estar.

A vantagem do MVC, em relação a outro método de valoração, é que ele pode ser aplicado em um espectro mais amplo de bens ambientais. No entanto, é criticado por sua limitação em captar valores ambientais, que os indivíduos não entendem ou, até mesmo desconhecem. Embora seja capaz de medir o valor de existência, a aplicação do MVC não é trivial, e pode gerar resultados bastante enviesados (Motta, 1997). No turismo, é como se pudéssemos aplicar um questionário com os visitantes de um parque nacional, solicitando que estimem quanto estariam dispostos a pagar para garantir a manutenção desses recursos naturais, como também, quanto estariam dispostos a pagar como compensação pela perda desses recursos naturais. Pode-se observar como fica difícil, para os indivíduos, estabelecer um valor monetário para algo que eles não entendem, ou que não tem parâmetros de mensuração no mercado, o que estaria de acordo com a crítica feita a ele.

3.2 Método dos Preços Hedônicos

A base deste método, segundo Motta (1997), é a identificação de atributos ou de características de um bem privado, que sejam complementares a bens ou a serviços ambientais. Ao identificar esta complementaridade, é possível mensurar o preço implícito do atributo ambiental no preço de mercado, quando outros atributos são isolados. O exemplo mais associado à valoração ambiental é relativo aos preços atribuídos às propriedades, quando estas possuem diferentes níveis de atributos ambientais (qualidade do ar, proximidade a um sítio natural, etc.), e, quando estes atributos são valorados pelos indivíduos, as diferenças de preço das propriedades devido ao seu nível dos atributos ambientais, devem refletir a disposição dos indivíduos de pagar por estas variações.

A crítica, conforme Motta (1997), é de que este método capta apenas os valores de uso direto e indireto, e de opção. Não há como mensurar valores de não uso, posto que, quando a demanda pelo atributo ambiental é zero, a demanda por propriedades com este atributo também é zero.

No turismo, esse método é adaptado ao método do custo de viagem hedônico, o qual, segundo Gazoni (2007), pressupõe que as pessoas escolhem seus locais de visitação não somente pela diversão, mas também pelo bem-estar proporcionado pela contempla o da paisagem, além

X SEMINÁRIO ANPTUR 2013

X Seminário da Associação Nacional Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo
9 a 11 de outubro de 2013 – Universidade de Caxias do Sul

de outros recursos. O método estima uma função do custo de viagem, em razão de características socioeconômicas dos visitantes e de características do local da visita.

Ou seja, o preço é atribuído de acordo com os atributos ambientais de um produto turístico. Caso não exista este atributo, não ocorrerá turismo e, portanto, não poderá se estabelecer um valor, o que implica que este método não considera o valor de não uso.

3.3 Método do Custo de Viagem

Na formulação, deste método, está previsto o cálculo de uma DAP indireta pelo recurso natural, ao se medirem os custos que o agente econômico incorre para visitar uma área ambiental (um ecossistema como uma praia, ou um parque ambiental aberto à visitação). Os benefícios não são diretamente questionados aos visitantes, mas estimados pelas suas preferências individuais em mercados de bens substitutos. Tal método consegue captar somente as parcelas de uso direto e indireto, haja vista que somente as pessoas que visitam o local fazem parte do espaço amostral (Andrade, 2008; Maia, Romeiro & Reydon, 2004).

Conforme Motta (1997), o custo de viagem representará o custo de visitação do sítio natural. Quanto mais longe do sítio natural os visitantes vivem, menos uso deste sítio (menor número de visitas) é o esperado, porque a distância aumenta o custo de viagem para visitação. No entanto, aqueles que vivem mais próximos ao sítio tenderão a usá-lo mais (maior número de visitas), pois o preço implícito de utilizá-lo, ou seja, o custo de viagem, será menor. Através de pesquisa realizada através de um questionário, no próprio sítio natural, é possível levantar estas informações em uma amostra de visitantes. Uma quantidade menor de visitas realizadas a um local, pode ocorrer em função dos diversos gastos envolvidos na realização da viagem (alojamento, alimentação, deslocamento até o local, compras, oportunidade do tempo), como também pode ter origem em outras variáveis socioeconômicas (renda, idade, escolaridade), ou atitudinais (interesses, opiniões). Por meio desses dados, se constrói a função da demanda por visitação ao local de recreação, usando, para tanto, os resultados da análise da regressão. Este método recebe críticas porque não contempla custos de opção e de existência, visto que somente capta os valores de uso direto e indireto associados à visita ao sítio natural, o que faz com que os indivíduos que não visitam o sítio, mas apresentam valor de opção ou existência, não sejam considerados.

Por outro lado, Gazoni (2007) afirma que a utilização deste método pode auxiliar o gestor, por meio da simulação de variações dos custos, e prevenção dos impactos da variação na demanda por visitação, possibilitando uma interferência na intensidade dos efeitos das externalidades do fenômeno sobre os ambientes econômico, ecológico, e social.

X SEMINÁRIO ANPTUR 2013

X Seminário da Associação Nacional Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo
9 a 11 de outubro de 2013 – Universidade de Caxias do Sul

Ao analisar os métodos apresentados, Andrade (2008) alerta que, geralmente, os métodos disponíveis para o estabelecimento de preços de mercado (real ou simulado), não resolve o problema de valorar os recursos naturais. Os métodos disponíveis não oferecem ferramentas para estimar os custos da utilização dos recursos (exauríveis), e as estratégias para gestão de sua exploração. Técnicas mais robustas de valoração ambiental devem ser capazes de responder: Qual a perda (custo) de seu esgotamento crescente? Qual é o ganho de seu uso sustentável? Qual a escala máxima de uso dos recursos naturais? Seriam os benefícios auferidos hoje, sem limite de escala de uso dos recursos, os custos sociais para as gerações futuras, privadas do seu consumo?

Concordando com a crítica feita por Andrade (2008), percebemos que embora haja avanços nas discussões, e nas propostas de métodos de valoração ambiental, elas ainda não conseguem seguir princípios de transparência, de participação e de equidade, fundamentais para um processo sustentável de gestão e de utilização dos recursos naturais. O que falta a esses métodos é discutir, e compreender, a dimensão ética sobre a utilização dos recursos, em especial, quando se refere ao turismo, atividade multidisciplinar que envolve uma grande variedade de segmentos econômicos.

4 Considerações finais

Como o objetivo deste artigo foi verificar como a valoração econômica ambiental vem sendo conduzida nas reflexões do turismo, afirma-se que há poucos teóricos nesse campo ocupando-se com este tópico. As discussões sobre ambiente natural e turismo ainda concentram-se muito, nos impactos que a atividade ocasiona, e nas possibilidades e nos modelos para reverter este problema.

Acredita-se, que como o turismo é uma atividade em crescente expansão no mundo todo, os agentes de turismo e os pesquisadores acadêmicos poderiam atentar com mais profundidade a este tema, visto que a valoração dos bens públicos naturais afeta diretamente a maioria dos principais atrativos turísticos, cujos atributos estão direta ou indiretamente ligados à natureza e seus recursos.

Alguns métodos foram apresentados como sugestão de adaptação à realidade do turismo, como o de Constanza et al. (1997) e o da Avaliação Ecosistêmica do Milênio – MA (2005), e podem representar um início dos esforços em torno da discussão deste assunto. Todavia, ainda há a necessidade de maiores reflexões e, principalmente, de se verificar, na prática, como isso poderia ser efetivamente adaptado às necessidades do turismo. Acredita-se que as organizações turísticas, independentes do setor, vêm lidando com a valoração e precificação dos seus produtos, de acordo com as necessidades e com a competitividade que o setor exige. Porém, nesta lógica,

X SEMINÁRIO ANPTUR 2013

X Seminário da Associação Nacional Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo
9 a 11 de outubro de 2013 – Universidade de Caxias do Sul

que por vezes, está ainda muito centrada nas exigências econômicas, há que se ter um cuidado especial, quando se trata do ambiente natural.

A efetiva aplicação dos métodos apresentados e discutidos por ambientalistas e economistas, ainda precisa de maior comprovação empírica, e de alterações que possam superar as críticas aos modelos existentes, embora saiba-se das dificuldades em valorar os recursos ambientais, sobretudo, quanto ao seu valor de existência.

Ressalta-se que, pela complexidade do tema, este artigo apresenta apenas um pequeno recorte, na imensidade de reflexões que o assunto sugere, e, nas muitas lacunas que ainda persistem. Por isso, sugere-se a realização de novos estudos, que possam ampliar esta reflexão, junto ao campo do turismo.

Referências

- Amazonas, M. de C. (2009). Valor ambiental em uma perspectiva heterodoxa institucional-ecológica. *Economia e Sociedade*, 18 (1), 183-212.
- Andrade, D. C. (2008). Economia e meio ambiente: aspectos teóricos e metodológicos nas visões neoclássica e da economia ecológica. *Leituras de Economia Política*, (14), 1-31.
- Costanza, R., Cumberland, J., Daly, H., Goodland, R. & Norgaard, R. (1997). *Ecological economics: an introduction*. Boca Raton: St. Lucie Press.
- Farrow, R. Scott, Goldberg, Carol B. & Small, Mitchell J. (2000). Economic valuation of the environment: a special issue. *Environ. Sci. Technol.*, 34 (8), 1381–1383.
- Gazoni, J. L. (2007). Viagem aos comuns: valoração econômica da utilidade turística dos recursos ambientais de Itaúnas, Conceição da Barra/ES. *Turismo Visão e Ação*, 9 (3), 305-324.
- Holden, A. (2003). *Environment and tourism*. London: Routledge.
- MA. Millenium Ecosystem Assessment. (2005). *Ecosystems and human well-being: synthesis*. Washington D.C: Island Press.
- Maia, A. G.; Pires, P. S. (2011). Uma compreensão da sustentabilidade por meio dos níveis de complexidade das decisões organizacionais. *Rev. Adm. Mackenzie*, 12 (3), 177-206.
- Maia, A. G., Romeiro, A. R. & Reydon, B. P. (2004). Valoração de recursos ambientais – metodologias e recomendações. [Working Paper nº 116]. *Instituto de Economia, UNICAMP*.
- Marconi, M. De A.; Lakatos, E. M. (2007). *Fundamentos de metodologia científica*. (6a ed.). São Paulo: Atlas.
- Marques, J. F.; Comune, A. E. (1995). Quanto vale o ambiente: interpretações sobre o valor econômico ambiental. *Anais do Encontro Brasileiro de Economia*, Salvador, BA, Brasil, 23.
- Motta, R. S. (1997). *Manual para valoração econômica de recursos ambientais*. Rio de Janeiro: IPEA/MMA/PNUD/CNPq.

X SEMINÁRIO ANPTUR 2013

X Seminário da Associação Nacional Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo
9 a 11 de outubro de 2013 – Universidade de Caxias do Sul

Murphy, P. E. & Price, G. G. (2005). Tourism and sustainable development. In: Theobald, William F. (ed.) *Global tourism*. (3 ed.). Burlington, MA: Elsevier Butterworth-Heinemann.

Pearce, D. W. & Secombe-Hett, T. (2000). Economic valuation and environmental decision-making in Europe. *Environ. Sci. Technol.*, 34 (8), 1419–1425.

Pires, P. S. (2003). Interfaces ambientais do turismo. In: Trigo, L. G. G. (org.) *Turismo: como aprender, como ensinar*. (3. ed.). São Paulo: Editora Senac.

Riera Font, A. (2000). Mass tourism and the demand for protected natural areas: a travel cost approach. *Journal of Environmental Economics and Management*, 39 (1), 97-116.

Spash, C. L. (1997). Ethics and environmental attitudes with implications for economic valuation. *Journal of Environmental Management*, 50, 403–416.